

Resenha: Políticas Públicas de ingresso no ensino superior brasileiro

Review: Brazilian higher education Public Policies

Bilan: Politiques publiques de l'enseignement supérieur brésilien

Responsáveis pela Resenha

Silvani A. Ribeiro de Paiva¹
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Leandro Ferraz Pereira²
Escola Estadual Neuza Rezende

CUNHA, Helvécio Damis de Oliveira. *Políticas públicas de ingresso no ensino superior brasileiro*. Curitiba: CRV, 2017. 368p.

A presente obra intitulada "Políticas Públicas de Ingresso no Ensino Superior Brasileiro" é resultado da tese de doutorado de Helvécio Damis de Oliveira Cunha, professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia. O autor nos possibilita compreender várias conexões entre Educação, Políticas Sociais e Educação Superior, ancoradas em uma "perspectiva humanista e inclusiva" e em princípios éticos fundadores das políticas de ingresso no Ensino Superior Brasileiro. Para tanto, desenvolve sínteses analíticas ancoradas em perspectivas ético-filosóficas das políticas sociais e das legislações educacionais voltadas para o ingresso de estudantes no ensino superior público e privado.

O autor apresenta densas reflexões sobre dimensões éticas e teóricas da estrutura e funcionamento das políticas e processos de ingresso na Educação Superior na realidade brasileira e os significados do aumento quantitativo de pessoas nas universidades, principalmente das camadas economicamente desfavorecidas.

Para tanto, recorre aos aspectos fundamentais da ética filosófica e das principais correntes norteadoras das políticas públicas (liberalismo, neoliberalismo, social-democracia e socialismo concreto), o que nos permite compreender as atuais políticas sociais educativas brasileiras para inserção de pessoas excluídas socialmente no sistema de ensino superior do país. No decorrer da

¹Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professora do Curso de Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – Uberlândia. *E-mail:* silvani_ribeiro@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9458-6895>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3563694312681023>.

²Especialista em Docência pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professor de História da Rede Pública Estadual de Minas Gerais. *E-mail:* professorleferraz@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2327-2733>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4770607068811564>.

obra, o autor apresenta um rico panorama dos programas sociais que tiveram destaque nas últimas décadas, tais como, Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e as Cotas Raciais, os quais considera ser instrumentos éticos adequados para se alcançar uma verdadeira democracia social e racial no Brasil.

O trabalho em tela possibilita ao leitor desenvolver uma análise contextualizada das políticas públicas socialmente referenciadas para o ingresso no ensino superior a partir de princípios da justiça social ensejadas pela democratização do acesso à universidade pública. Para tanto, organizou seu trabalho, além da introdução e conclusão, em três capítulos com algumas subdivisões e uma seção final com a apresentação de quatro anexos. A seção introdução é prefaciada pelo professor Fernando Rodrigues Martins, da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia; e o Prólogo feito pelo professor Doutor Miguel Angel Barrios, da Universidad de La Empresa – Montevideo-Uruguay.

O primeiro capítulo intitulado “*Evolução do pensamento Ético-Filosófico*” apresenta o estudo da evolução do pensamento ético-filosófico e os princípios basilares da convivência em sociedade, uma vez que a ética foi constituída como garantia de condições para que o sujeito se aprimore por meios legítimos. Destarte, num primeiro momento, são apresentadas definições de ética, moral e direito, possibilitando ao leitor compreender o significado de cada termo, suas relações e diferenças. Além disso, o capítulo ressalta a função da ética na educação mediante a transversalidade dos preceitos ético-morais e suas influências na atuação e transformação do sistema educativo em sua totalidade (políticas, projetos pedagógicos e conteúdo). Por outro lado, situa também as razões da crise ética da atualidade e nos faz entender como a educação exerce um papel importante no resgate dos valores morais e na mudança de paradigmas da sociedade.

A ética apresentada pelo autor é referenciada no modelo classificatório do autor Eduardo García Maynes, que compreende na *ética dos bens, ética empírica, ética formal e ética dos valores*. A Ética dos bens ou dos fins, cujo escopo é a busca dos homens pelo bem supremo, felicidade, justiça ou prazer. Apresenta conceitos, principais características e suas classificações da ética socrática, ética platônica, ética aristotélica, ética epicurista e ética estoíca, que se configura como o fim último para se alcançar a plenitude como ser humano.

Para o autor, a Ética Empírica, origina de uma análise da experiência advinda na realidade dos fatos, no relativismo moral, que subdivide em ética anarquista, que repudia toda norma e valor imposto, independentemente de sua origem e tem seu fundamento na vontade pessoal, pois varia de indivíduo para indivíduo. A ética cetiscista que desconfia de tudo e se abstém de julgar ou opinar qualquer fato, ética subjetivista, relativismo absoluto, pois a moral se encontra em cada um dos indivíduos, o que torna praticamente impossível a coesão e a vida social, com maior ênfase para ética utilitarista, como sua forma mais importante, pois é utilizada como pressuposto teórico de alguns modelos de políticas sociais implementadas por todo o mundo liberal e neoliberal.

Na Ética formal, revela o pensamento kantiano, considerado por muitos a mais complexa e relevante estrutura ético-moral da modernidade, traz por exemplo, a razão teórica e a razão prática, a autonomia e a heteronomia, que são conceitos centrais considerados pelo autor no pensamento ético kantiano; o imperativo hipotético e o imperativo categórico; a liberdade; além do que a educação representa no processo de construção da personalidade do ser humano. Por fim, a ética valorativa explicitada no modelo classificatório de Maynes, que apresenta a inversão da lógica kantiana, e nos faz entender que os valores se constroem os deveres e que a liberdade também possui um significado essencial nesse sistema.

Em síntese, analisa a respeito da questão ética, com algumas comparações entre a pós-modernidade e a modernidade, bem como a compreensão, características e justificativas dos atribuídos à proteção da dignidade e dos direitos humanos. Para finalizar o estudo da ética da pós-modernidade, o autor trata sobre a “Teoria da Justiça”, de John Rawls, cujo principal aspecto discutido diz respeito a justiça e suas nuances. Sob tal perspectiva, a situação do Brasil é emblemática uma vez que os direitos humanos não são protegidos e promovidos como se espera, pois existe um vácuo entre aquilo que a Constituição Federal de 1988 prevê no plano legal e o que realmente acontece no plano concreto.

No segundo capítulo, "*Políticas Públicas dos Estados Nacionais e os Respectivos Pensamentos Éticos Fundamentadores*", o autor se dedica em conhecer a origem dos Estados Nacionais Modernos e as políticas públicas deles, apresentando os respectivos fundamentos ético-filosóficos. A relação entre Estado e as políticas sociais é o ponto principal discutido no texto, são as características formadoras das políticas públicas e os modelos teóricos mais importantes, diferenciando políticas de estado e políticas públicas e os modelos de políticas sociais desenvolvidas na América Latina, bem como os reflexos destas nas condições de vida do povo brasileiro.

Em seguida, traz como sugestão para transformação das políticas sociais latino-americanas, modelos teóricos de Fernando Filgueira, que se fundamenta nos conceitos de descentralização e focalização das políticas; de Rafael Bayce, estruturado na ideia de *empowerment* da sociedade civil; e de Paulo Freire como defensor da aplicação da teoria da ação dialógica.

No segundo momento do capítulo, o autor se dedica à prática da intervenção popular na conformação das políticas públicas de valor (com o cidadão e não mais para o cidadão), verifica se a mobilidade social é possível através da formação profissional superior; identifica as características atuais *da walfare state*, com a compreensão da existente incapacidade das políticas públicas na solução dos problemas sociais e para a evitabilidade do processo de exclusão social. Ao constatar os efeitos da globalização (econômica e cultural) sobre a exclusão social, discute a relação entre a ética e o poder.

Em seguida, traz um detalhamento quanto aos principais modelos teórico-práticos das políticas: liberalismo, neoliberalismo, Estado do Bem-Estar Social, Neomarxismo ou Socialismo. Ao abordar o liberalismo econômico, reflete sobre as suas origens; principais características do individualismo metodológico e jurídico; liberdades; propriedade privada; livre mercado e intervenção mínima no Estado na atividade Econômica. Analisa também o modelo neoliberal, a partir dos pressupostos históricos e teóricos, no que ele se diferencia do liberalismo clássico, as suas principais características, assim como seus efeitos nos países desenvolvidos e não desenvolvidos, com críticas promovidas pelo neoliberalismo ao *welfare state* devido à sua posição contrária à neutralidade, de simples proteção da igualdade no seu aspecto formal.

O autor apresenta ainda instigantes reflexões sobre os modelos de políticas públicas da social democracia, apresentado a evolução, o conceito, características, espécies e razões para que esse modelo tenha se tornado o mais importante e utilizado no mundo a partir da Segunda Guerra Mundial. Em suas análises, busca identificar as classificações que sofreram variações em todo mundo, como exemplos, o modelo estadunidense, modelo europeu continental e o modelo nórdico europeu, justificando a decadência nas últimas décadas do século XX como também os novos perfis econômico, geopolítico e ideológico desse novo século. Cunha (2017), desenvolve ainda severas críticas aos efeitos do capitalismo sobre a vida das pessoas em vários âmbitos: ambiental, psicológico, político, cultural, individual e social, destaca elementos em desfavor do Estado de Bem-Estar Social, uma vez que tal modelo não conseguiu superar as mazelas do sistema capitalista.

No terceiro capítulo "*Os Aspectos Éticos dos Textos Legais e das Principais Políticas Públicas Educacionais de Inclusão nas Universidades Brasileiras*", o autor aborda aspectos éticos dos textos legislativos a respeito das principais políticas brasileiras, relativas à inclusão de alunos no ensino superior. Cunha (2017) faz um movimento interessante, pois nos dois primeiros capítulos ele nos leva a compreender como a ética e a teoria geral das políticas públicas, como o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e o Programa de Cotas Raciais nas Universidades Públicas, devem percorrer o caminho através das políticas de valores.

No decorrer do capítulo analisa ainda princípios ético-jurídicos da Constituição Federal de 1988 e da estruturação da educação brasileira por ela estabelecida. Depois de averiguar os preceitos constitucionais, discorre sobre as legislações infraconstitucionais ressaltando como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9394/1996, o Programa Nacional de Ações Afirmativas, o Programa Diversidade e o Estatuto da Igualdade Racial foram fundamentais para o entendimento da inserção das políticas da educação inclusiva.

O autor, ao explorar o Programa Universidade Para Todos (PROUNI), argumenta que o mesmo tem atuado para promover a inserção de discentes sem recursos financeiros no ensino superior brasileiro. Com efeito apresenta uma boa explanação sobre a estrutura e funcionamento do

referido Programa; os requisitos fundamentais para a concessão das bolsas; a evolução do número de beneficiados desde a sua implementação, colocando em relevo aspectos negativos e positivos do Programa. Além disso, esclarece as conexões entre o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e suas contribuições para mudanças no processo de formação dos alunos que cursam o Ensino Médio.

Em suas assertivas conclusivas, o autor apresenta discussões sobre a política de cotas no país. Para tanto, referencia-se no princípio da igualdade (conceitos, espécies, evolução histórica) e no princípio da isonomia, a partir dos teóricos Peter Singer (ético-filosófico) e de Robert Alexy (jusfilósofo), que nos leva à compreensão da teoria da limitação da discricionariedade do poder público em face das políticas públicas direcionadas à efetivação dos direitos fundamentais.

No mesmo bloco de análise, o autor apresenta uma abordagem em relação aos aspectos históricos, as finalidades e como funcionam as ações afirmativas entre Estados Unidos e Brasil, assim como as ferramentas utilizadas para a implementação da política de cotas raciais em nosso país. Além das ações afirmativas, discute o programa de cotas raciais em curso no Brasil, com análise do histórico da formação da etnia negra, com exemplos concretos de políticas de cotas em andamento nas maiores Universidades do país. Aborda em seu argumento, aspectos negativos e a incondicionalidade da implantação das cotas raciais no Brasil, discorrendo a relação do mérito acadêmico e a necessidade social.

Cunha (2017) encerra sua obra com a seção “*Ilações finais concernentes aos aspectos ético-legais das políticas sociais de inserção no ensino superior vigentes no Brasil*”. Ao fazer essa análise, justifica que a concepção temática do trabalho em questão, perpassa as bases dos principais sistemas éticos desenvolvidos no decorrer da história da humanidade. Defende que a identificação dos fundamentos éticos das políticas sociais públicas, tem que ser precedida por uma pesquisa aprofundada dos seus preceitos ético-morais. Por isso, destaca suas diferenças e semelhanças ao apresentar as definições de ética, moral e direito como ponto de partida.

O livro em tela nos convida a entender as políticas públicas de ingresso ao ensino superior no Brasil, mas sobretudo, reafirma questões importantes sobre o debate em torno da relação ética-educativa, sem a qual não existe a possibilidade de se falar em um processo educativo cidadão. Para combater e evitar os prejuízos oriundos de um modelo de educação massiva e acrítica, a ética precisa ser um tema transversal em qualquer área do conhecimento humano que, juntamente com a moral, possa orientar as políticas públicas educativas brasileiras, com a participação de todos os cidadãos, independentemente de sua etnia, credo ou estratificação social.

Recebido em: 01 de outubro de 2019
Aceito em: 06 de dezembro de 2019
